

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ESCOLA DE GESTORES

A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Aluno: Roberto Carlos Oliveira

Orientadora: Ana Paula de Castro

Curitiba, fevereiro de 2010.

A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

Roberto Carlos Oliveira¹

RESUMO

O presente artigo aborda sobre a violência, considerando-se a frequência com que esse fato vem ocorrendo dentro do espaço escolar. A prática de violência encontrada nas escolas aponta para as formas que vão desde a depredação de prédios e instalações, à violência física e verbal entre alunos, alunos e professores, família e aluno, família e professores, destacando também assaltos e até mesmo casos que ocorrem homicídios no recinto. Surgem entre as principais causas: famílias desestruturadas, desigualdades sociais, grupos de referências, representados pelos amigos de alunos, tanto os de dentro como os de fora da escola, sobrevivência básica, trabalho infantil, narcotráfico e uso de drogas, porte de armas de fogo e falta de policiamento. Salienta-se que tais ações afetam o clima escolar, dificultando e impossibilitando o processo de ensino aprendizagem, logo a descrição das práticas de violência presentes no levantamento bibliográfico demonstra que na realidade a escola é atualmente, um dos alvos mais destacados nesse sentido. Para observar esse aspecto, um estudo de caso foi realizado em um colégio situado no município de Apucarana, Estado do Paraná, em que os pais questionam sobre a segurança de seus filhos, e quais seriam os fatores que estariam envolvidos na promoção das ações violentas no espaço escolar. Após a análise dos resultados, considera-se que o colégio se faz presente no combate à violência, não ocorrendo causas maiores. Conclui-se que com a contribuição da Associação de Pais e Mestres, Conselho Escolar e da comunidade escolar, trabalhando em ações voltadas ao combate à violência escolar como: a educação o respeito às leis, ao próximo e à propriedade, é possível reduzi-la, e a escola poderá preparar seus alunos para a educação e a cidadania plena, beneficiando também toda a sociedade.

Palavras-chave: Violência nas Escolas; Participação; Comunidade Escolar; Educação e Cidadania.

¹ Concluinte do curso de especialização Escola de Gestores, da Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora mestre Ana Paula P. P. de Castro - 2009

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Por que as escolas estão tão violentas? A violência é, na atualidade, mais um componente do espaço escolar e contribui efetivamente para a configuração de uma paisagem marcada por sentimentos de insegurança e desconfiança no outro.

Devido a uma ação de hostilidade a que se opõe, vivenciando ou não, uma pessoa é considerada violenta quando uma força leva a agir, permitindo a busca de um equilíbrio. O impulso do ódio é mais forte, isto por que, as forças que regem este lado são mais ardentes, pouco importa os objetivos almejados, mas sim a ação desta violência. Dessa forma, a violência torna-se um padrão frequente na escola e persiste com o tempo.

De “apêndice da casa”, essa instituição, cuja constituição está intimamente ligada à modernidade e à sua construção, aparece hoje, na opinião de alguns, como local perigoso. A imagem – já quase idílica – da instituição escolar como espaço social caracterizado pelo prazer e pelo encanto de aprender e de ensinar parece que vem sendo substituída pela desconfiança e medo: desconfiança quanto às possibilidades do diálogo na resolução dos conflitos e medo de que a palavra seja substituída pela força, o que constitui o princípio da violência (ARENDT, 1997; AQUINO, 1998).

Considerando esse aspecto, o presente artigo tem o objetivo de apresentar algumas reflexões sobre o tema “Violência na Escola”. A realidade social e cultural brasileira em relação à violência na escola envolve uma série de problemas associados à forma de viver dos jovens atualmente, traduzido principalmente pela injustiça social.

Assim, resultante de debates com a comunidade, estudos e pesquisa na internet, sobre a violência que atinge o cotidiano de escolas, serão consideradas as diferentes formas de violência que atingem, de forma direta ou indireta, o cotidiano escolar e os sujeitos que fazem parte deste contexto, propondo-se a estudar não somente as situações limites, mas os fatores que contribuíram para o desencadear desta violência no ambiente escolar.

1.2 JUSTIFICATIVA

O exame da literatura que, direta ou indiretamente, buscou investigar a insidiosa relação entre a instituição escolar e a violência permite identificar, entre outras, três abordagens principais, que se poderiam caracterizar como: a violência da escola, a violência contra a escola e a violência na escola. Diante disso, a comunidade está preocupada com o avanço da violência na escola, tanto por parte de alunos como por parte de pais e professores, visto que o aumento da violência na escola pode levar também ao aumento da violência fora dela.

A relação entre escola e violência não é um fato novo para os pesquisadores da área educacional; no entanto, durante muito tempo, a violência no interior da escola era analisada, basicamente, como a violência da escola, como uma ação exercida pelo professor e demais representantes da instituição, que, consciente ou inconscientemente, mas de forma arbitrária, inculcavam nos alunos uma determinada “visão” de mundo. Quando vinda do corpo discente, era considerada como reação a um rígido sistema hierárquico, a uma escola com características militares. É este o teor das críticas elaboradas por autores denominados de críticoreprodutivistas.

Saviani (1999) observa que, em cujo aporte teórico também se fundamentaram durante a década de 1970 e início da década de 1980, outros autores, denunciaram a escola como reprodutora das desigualdades sociais, instrumento essencial do poder dominante em seu intento de manutenção e perpetuação do *status quo*.

A partir de meados da década de 1980, paralelamente à redemocratização da sociedade brasileira, pode ser identificada uma segunda abordagem, que, modificando o foco, analisava a violência manifestada na escola como um fato cuja origem era exterior à instituição, ou seja, tratava-se da violência contra a escola.

Nesse contexto, procurava-se mostrar a escola como vítima da invasão de minorias constituídas por excluídos, ou como assediada sistematicamente pelo narcotráfico, em que professores e alunos, formando um mesmo bloco, apresentavam-se como vítimas de um estado de coisas que exigia intervenção mais severa da parte do Estado.

Os agentes da violência estariam fora dos muros da escola, portanto a questão deveria ser tratada como um problema de segurança. A violência que se

manifestava na escola era analisada como modalidade ou subcategoria da violência urbana. Era a violência urbana “batendo às portas” da escola (GUIMARÃES, 1998; FUKUI, 1992).

Considerando essas concepções, a escolha do tema “Violência na Escola” é relevante, pois pode contribuir como uma forma de alerta para a comunidade escolar, no sentido buscar soluções para reduzir, até mesmo eliminar essa violência.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Realizar uma pesquisa sobre a Violência Escolar.

1.3.2 Objetivos Gerais

- Realizar um levantamento com bases teóricas sobre a violência escolar;
- Investigar quais os tipos de violências que ocorre dentro da escola;
- Buscar informações juntos aos seguimentos da sociedade por que a violência está crescendo;
- Descrever os problemas levantados em reunião com os pais, professores, conselho tutelar e Patrulha Escolar realizada nas dependências do Colégio Estadual São Bartolomeu em Apucarana-Pr;
- Discutir na reunião Bimestral de entrega de boletim, a questão da segurança no Colégio aonde alguns pais levantaram alguns problemas discutidos, apresentando algumas sugestões contra a violência.
- Apresentar dos dados levantados durante o projeto de intervenção;
- Propor ações educativas no combate à violência escolar.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 VIOLÊNCIA NA ESCOLA

A situação da violência no Brasil não é inédita. O fato é que dela não se tinham notícias devido à falta dos meios de comunicação hoje existentes, que ostentam a violência como um fato comum, ou quase uma necessidade de informar a selvageria do dia.

Genericamente a violência pode ser explicada como uma ação que se produz e se reproduz através do uso da força (física ou não). Visa se contrapor e destruir a natureza de um determinado ser ou de um grupo de seres, fazendo com que seu ponto de vista reine sobre o ponto de vista do violentado. Trata-se, portanto, de uma ação que possui uma intencionalidade – uma teleologia – que, para se materializar, conta com justificadores e operacionalizadores; é, por isso, um conceito concreto, material e historicamente situado (MORAES e ROCHA, 2008, p.1).

Quem habita em pequenas cidades, por enquanto, ainda é possível evitar, mas não se distancia da violência que aflige a sociedade. Quem vive nos grandes centros, infelizmente, não consegue mais deixar de sentir medo, já que a violência surge em grande escala, decorrente em parte, da mendicância, da falta de espaço, da fome e de outros grandes problemas que assolam o país.

Vásquez (2007, p. 377) destaca que a violência se mostra em diferentes aspectos do modo de produção capitalista:

Na sociedade baseada na exploração do homem pelo homem, como é a sociedade capitalista atual, a violência não só se mostra nas formas diretas e organizadas de uma violência real ou possível, como também se manifesta de um modo indireto, e aparentemente espontâneo, como violência vinculada como caráter alienante e explorador das relações humanas. Tal é a violência da miséria, da fome, da prostituição ou da doença que já não é a resposta a outra violência potencial ou em ato, mas sim da própria violência como modo de vida porque assim o exige a própria essência do regime social. Essa violência surda causa muito mais vítimas que a violência ruidosa dos organismos coercitivos do Estado.

Cotidianamente a mídia apresenta os informativos de ações violentas, à exemplo da criminalidade, tráfico de armas e entorpecentes, violência doméstica (contra mulher, adolescentes, idosos etc.), brigas entre gangues, racismo, xenofobia, genocídio, intolerância entre tantos outros, a violência no ambiente escolar. No entanto, estes noticiários apresentam estas ações enfatizando a situação limite, o

ocorrido, contribuindo para uma análise histórica e culpabilizadora, dissimulando a idéia de que os atos violentos são resultados de escolhas individuais, sem interferência da violência estrutural que utiliza da força e da ideologia. É preciso compreender tal fenômeno vinculando-o com a questão social e a violência estrutural, própria do modo de produção capitalista (MORAES e ROCHA, 2008).

Na escola, atualmente a violência tem sido preocupante, pois atinge crianças, jovens, professores até mesmo a família, tornando-se assunto amplamente debatido nas conversas sobre educação.

Em 2000, a UDEMO realizou uma pesquisa com quase 500 escolas públicas de todo o estado de São Paulo, 44% afirmaram que a violência aumentara em relação aos anos anteriores.

É importante ressaltar que a violência escolar não vem desacompanhada de outros fatores. Não é algo que surge e termina dentro da sala de aula. É apenas uma das facetas dos variados tipos de violência que cercam o jovem diariamente: a violência familiar, social, estatal, verbal, física, comportamental, entre tantas outras. O aluno influenciado por tipos de violência em casa ou na rua é meio de transporte para que esta violência adentre as escolas.

Segundo Jugend (2003, p. 15):

Muitos são aspectos que se tem a descrever sobre a violência, no entanto, o mais importante é dos Direitos Humanos, que compreende a violência como a maior de todas as transgressões dos direitos da pessoa. Entre os Direitos Humanos, destacam-se os direitos sociais: habitação, saúde, educação, segurança.

Assim, sendo a educação e a segurança, direitos do cidadão brasileiro, é responsabilidade do Poder Público, garanti-los.

De acordo com Silva (2009), a questão da violência e as violações dos direitos humanos no Brasil, especialmente as que atingem a segurança, a vida e a integridade física dos indivíduos, têm sido amplamente divulgadas na sociedade em geral. Aparece com bastante ênfase nos meios de comunicação de massa e, segundo as pesquisas de opinião pública, constituem-se em uma das maiores preocupações da população nas grandes cidades.

A segurança não é apenas um procedimento particular, de uma pessoa só. Trata-se de um problema geral e comunitário onde todos devem cuidar de todos, pois se as pessoas se isolam estarão mais sujeitas à violência.

O governo trabalha na criação e aplicação do policiamento comunitário, implementado a partir da própria população, organizada em Conselhos Comunitários de Segurança, cuja atuação está sendo popularizada e transformada em um sistema integrado e dinâmico. O objetivo é fazer com que, através da convivência, os policiais que respondem pela segurança de uma área tenham vínculos estreitos com seus moradores (JUGEND, 2003, p.15).

Esse projeto influencia e estimula a polícia, que melhora a sua atuação, minorando as dúvidas em relação à comunidade, reduzindo a falta de segurança e o medo que envolve a população.

Na concepção de Baierl (2004, p.48):

O medo, como sentimento, tem o objetivo evitar perigos e servir como sinal de alerta a qualquer ação violenta. Como os perigos atingem cotidianamente um grande e variado público, pode, algumas vezes, ditar formas de comportamento humano, muitas vezes não desejado. As reações ao medo colocam as pessoas em estado de alerta, trazendo consequências das mais diversas, algumas de conclusão e submissão até outras voltadas à violência, como respostas a estímulos externos.

Para os pais e professor, além de combater as causas, é de imediata importância também entender e tentar controlar suas consequências.

Nesse sentido, Goldeberg (1994, p.79) observa que “os pais e professores não devem passar um conceito de pacifismo radical para as crianças, uma vez que esse processo pode desprepará-las para o trato com a violência no mundo real”.

Para isso, muitas possíveis soluções estão sendo apontadas a fim de que esse sério problema seja resolvido.

Uma das ações que melhores resultados têm mostrado é a boa gestão da escola, inclusive com a participação dos pais. Uma gestão de qualidade inclui projetos que tragam os professores, pais e voluntários para perto dos alunos, dentro da escola. O importante é acreditar no aluno. Não se pode desistir daquele aluno que não consegue aprender e tem dificuldades dentro e fora da escola, sentindo-se intimidado com a frustração, ele pode reagir com violência (BAIERL, 2004).

A participação dos pais na escola é importante, considerando-se os problemas que surgem com os filhos:

Os pais confiam que seus filhos serão bem cuidados na escola. Acreditam que os professores estarão atentos a eventuais problemas. Querem ser informados e orientados para poder tomar as medidas necessárias, tanto no que se refere à aprendizagem como à conduta. Pais e professores, quando bem entrosados, podem provocar mudanças substanciais no

mundo de ser da escola e na qualidade de educação e conhecimento que ela oferece (CHALITA, 2001, p. 39).

O futuro da criança depende também do interesse que lhe é dado para enfrentar as dificuldades que encontra na escola com segurança, logo os pais e escola devem ser unidos nessa tarefa e estar em consenso com tudo que é realizado. A colaboração da família é aspecto é essencial, na busca de alternativas, junto à escola, no combate à violência.

2.2 TIPOS DE VIOLÊNCIA ESCOLAR

A escola está vivendo um momento crítico, principalmente na questão da violência. Tal situação já persiste, e vem se agravando, pois na escola são vividos os problemas sociais relacionados ao medo que se faz presente diuturnamente em todos os aspectos da vida social.

Deve-se esclarecer que muitas vezes, a violência começa com a indisciplina de determinados alunos.

Lajonquiére (1996) ressalta que as ocorrências nesse nível se dão, principalmente, em escolas que têm fama ruim, abrigando/atendendo alunos que não se deram bem em outras instituições. Eles já entram com uma auto-imagem negativa, agredindo/odiando a escola que os acolhe. Ao ato da indisciplina praticada por um aluno, compete à escola resolvê-lo.

A escola não pode abrir mão da sua responsabilidade quanto à indisciplina que, realmente, é um problema bastante complexo, pois envolve a formação da consciência do aluno. Dessa forma, não é garantida integridade e a segurança da criança e do adolescente que lhes são de direito, conforme previsto no capítulo VII, art. 227, da Constituição Federal de 1988:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma "de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (BRASIL, 2001, p.70).

Essa garantia também é estabelecida no Art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei N. 8.069 de 13 de julho de 1990: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência discriminação,

exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2004)

Na visão de Sposato (2001), o Estatuto não consolida uma prática de defesa das crianças, ao contrário ele aponta um horizonte, uma direção de medidas a tomar para que essa criança seja preservada e respeitada. Então, de repente, há proteção contra agressões de fora para dentro na escola. Entretanto, do ponto de vista do que se deva fazer com as crianças, a própria escola é origem de uma série de violências.

Destaca-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente, desde a sua vigência, sempre foi taxado como uma lei permissiva, que contemplava somente direitos às crianças e aos adolescentes e que, de certa maneira, teria contribuído para o aumento da indisciplina na escola, em consequência os atos violentos.

Chalita (2001) considera que as desigualdades de oportunidades educacionais estão associadas à origem social e culpam o ambiente carente pela indisciplina do aluno na escola, e a expectativa do professor em relação a esse aluno, muitas vezes é cercada de preconceitos. Portanto, ao invés de encaminhar o aluno para uma formação moral, acaba levando-o a uma baixa estima, em consequência ocorre a revolta e os atos violentos que podem ser praticados contra o professor, contra a escola ou com os próprios colegas.

“Nesse sentido, a atenção precisa ser diferenciada para aquele adolescente tido como indisciplinado ou que tem dificuldade de aprendizagem. Ao invés de rotular e propor a expulsão, o colégio deve investir pedagogicamente no aluno” (SOTTO MAIOR NETO, 2009, p. 5).

Abromovay e Rua (2002, p. 332), observam que a violência varia em função do estabelecimento escolar, do status de quem fala (professores, diretores, alunos, etc.), da idade e, provavelmente, do sexo.

Segundo Charlot (*Apud* ABROMOVAY e RUA, 2002), o conceito de violência pode ser classificado em três níveis:

- Violência: golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismos;
- Incivildades: humilhações, palavras grosseiras, falta de respeito;
- Violência simbólica ou institucional: compreendida como a falta de sentido de permanecer na escola por tantos anos; o ensino como um

desprazer, que obriga o jovem a aprender matérias e conteúdos alheios aos seus interesses.

Deve-se ressaltar que a violência está presente indistintamente nas escolas públicas e privadas. Não é um problema específico da escola pública, provindo da questão econômica ou social.

Muitas escolas na rede pública aprenderam a lidar com problemas sociais de gravidez na adolescência, com uso de drogas, brigas e agressões e com dificuldades na aprendizagem por maus tratos domésticos. Isso sem abrir mão de que as aulas sejam de fato dadas e que nelas os estudantes se envolvam e se desenvolvam, habituando-se a conviver com regras claras e compreendidas por todos.

Na violência escolar não existe culpado, mais um conjunto de culpados. As autoridades reconhecem o problema e buscam em conjunto com a sociedade soluções. Não há como coibir a violência senão pela conscientização da sociedade. É um trabalho importante para a escola que deve envolver toda a comunidade escolar, Associação de Pais e Mestres, associações de Moradores, clubes de serviços, conselhos tutelares e pastorais da educação (SILVA, 2009).

Na verdade, a violência torna-se mais nítida na escola pública, dada a relação existente com o aluno, contudo a escola pública tem se mostrado sensível e aberta à questão, buscando alternativas válidas para o melhor encaminhamento dos casos.

São muitos os tipos de violência analisados e considerados comuns, entre eles:

- Violência contra o patrimônio: é praticada contra a parte física da escola, representada pelos atos de vandalismo, incêndios e destruição, roubo ou furtos dos bens como: paredes, carteiras, cadeiras, portas, cabos de fiação, cabos de telefone, materiais e equipamentos das instituições escolares. Esses atos de violência implicam tanto aos membros da escola como à comunidade e estranhos à escola. Os próprios alunos se voltam contra a própria construção, visto que são obrigados a passar neste local oito ou nove horas por dia;
- Violência doméstica: praticada por familiares ou pessoas ligadas diretamente ao convívio diário da criança;
- Violência simbólica: a escola exerce sobre o aluno quando o anula a capacidade de pensar e o torna um ser capaz somente de reproduzir. Esse tipo de violência também pode ser contra o professor quando este é agredido em seu trabalho pela indiferença e desinteresse do aluno;
- Violência física: Brigar, bater, matar, suicidar, estuprar, roubar, assaltar, espancar. Ter guerra com alguém, andar armado e, também participar das atividades das gangues (ABRAMOVAY e RUA, 2002, p. 335).

Na escola são inúmeros os fatores que podem levar um aluno à violência. Entre eles podem ser citados: a desigualdade social; carência básica de sobrevivência; influência dos grupos de referência de valores; família desestruturada; trabalho infantil; narcotráfico e o consumo de drogas; a disponibilidade de armas de fogo; falta de policiamento nas escolas.

2.2.1 Desigualdade Social

A desigualdade social é um dos fatores que levam em aluno a cometer atos violentos.

De acordo com Candeau (2005), é possível afirmar que, a desigualdade social deve-se, em grande parte, à diferença qualitativa no ambiente social da criança, ou seja, à diferente forma de se relacionarem com as pessoas em seus ambientes. Nesse caso destacam-se os problemas relacionados com toda a comunidade escolar. Entre os principais ocorridos dentro das escolas está o chamado “bullying”, que nada mais é que a violência praticada entre estudantes, ou entre professores e estudantes. O termo bullying foi adotado universalmente para definir atitudes agressivas, intencionais e repetidas que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudantes contra outro, causando dor e angústia, e sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder.

Observa-se então que a violência das crianças na escola é assinalada pela situação de pobreza em que vivem. Muitas se tornam mendigos, assim o são por falta de melhores condições materiais e até emocionais de seus pais.

Caion (2005, p. 39) afirma que “as desigualdades de oportunidades educacionais também estão associadas à violência e o medo que cercam as escolas e culpam o ambiente carente pela alta taxa de criminalidade entre os jovens”.

Mas o que dizer dos jovens de famílias com grande poder aquisitivo que praticam violência?

Train (2001) considera que devido à diversidade de educação existente no país, as famílias abastadas que podem orientar melhor os filhos. Contudo, o que se observa é que as crianças dessas famílias não fogem da violência, muitas vezes, praticam atos que levam muitas vítimas à morte. O comportamento dos alunos favorecidos e não-favorecidos possui uma grande discrepância de atitudes. Os

primeiros possuem atitudes mais pessoais, enquanto que os segundos possuem atitudes mais sociais, somando-se ainda os seus conflitos pessoais.

Trata-se, pois, de diferenças qualitativas nos padrões de interação presente em ambientes sociais distintos. Tais padrões podem criar entraves à construção do conhecimento por parte das crianças, levando-as à violência.

2.2.2 Carência Básica de Sobrevivência

A situação de carência absoluta de condições básicas de sobrevivência tende a embrutecer os indivíduos, assim, a pobreza seria geradora de personalidades com tendência à violência. As percepções que os alunos carentes têm sobre os alunos abastados são muito violentas e repletas de ódio, sendo essa uma forma de castigar à sociedade que não lhe dá oportunidades (CAION, 2005).

2.2.3 Influência de Grupos de Referências

A influência de grupos de referência envolve valores, crenças e formas de comportamento.

O motivo pelo qual os jovens aderem às gangues é a busca de respostas para suas necessidades humanas básicas, como o sentimento de pertencimento, uma maior identidade, auto-estima e proteção, e a gangue parece ser uma solução para os seus problemas em curto prazo. O infrator se sente protegido por um grupo no qual tem confiança. Valores como solidariedade, humildade, companheirismo, respeito, tolerância são pouco estimulados nas práticas de convivência social, quer seja na família, na escola, no trabalho ou em locais de lazer. A inexistência dessas práticas dá lugar ao individualismo, à lei do mais forte, à necessidade de se levar vantagem em tudo, e daí a brutalidade e a intolerância. É dentro das gangues ou das quadrilhas que os jovens provam sua audácia, desafiando o medo da morte e da prisão (SILVA, 2009).

culturalmente, vêm de família carente, sofrem discriminações, tanto cultural quanto social e na maioria dos casos são crianças violentas, pelo fato de ter que trabalhar, diferentes daquelas que não precisam trabalhar. Entretanto, para muitos, o trabalho infantil é uma forma de a criança desviar da violência e da criminalidade.

Há, de forma regionalmente diferenciada no país, uma cultura de valorização do trabalho que insere crianças na força de trabalho com o objetivo de retirá-las do ócio e da possível delinquência. Por outro lado, existem fatores vinculados a formas tradicionais e familiares de organização econômica, em especial na pequena produção agrícola, que mobilizam o trabalho infantil (BAIERL, 2004, p. 32).

A questão do trabalho infantil é complexa. Há uma forte relação de causa e efeito entre o trabalho infantil e as questões da pobreza, da desigualdade e da exclusão social.

Jugend (2003) esclarece que reconhecendo o problema do trabalho infantil, o Governo, em parceria com a sociedade, tem concebido instrumentos, instituições e programas para combater o trabalho infantil em todas as suas formas, principalmente naquelas consideradas intoleráveis por não respeitarem os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa humana. O objetivo é erradicar todas as formas intoleráveis de exploração do trabalho infantil.

O trabalho precoce, como causa da transmissão de pobreza entre gerações, fundamenta o estabelecimento de duas relações: a de pobreza ser uma das causas do trabalho precoce e de o trabalho precoce por sua vez, constituir uma das causas da pobreza futura. Assim, o trabalho infantil afeta tanto os rendimentos futuros na vida adulta, quanto o grau de escolaridade obtido. Os estudos indicam que, de forma geral, há um elevado grau de transmissão da pobreza por gerações seguidas e que, quanto menor a escolaridade do país, maior a probabilidade de o indivíduo começar a trabalhar precocemente (CAION, 2005).

O objetivo da sociedade deve ser o de assegurar às crianças um espaço de cidadania, desviando-as da violência, garantindo-lhe educação, dignidade, principalmente o acesso à escola, mesmo que atualmente a escola esteja vulnerável, sendo alvo constante de violência.

Na visão de Debarbieux (2002, p. 39):

A escola está mais vulnerável a fatores e problemas externos (como o desemprego e a precariedade da vida das famílias nos bairros pobres). O impacto da massificação do acesso à escola, a qual passa a receber

jovens negativamente afetados por experiências de exclusão e pertencimento a gangues, o que implica consequências para todos os membros da comunidade escolar: alunos, pais e professores. Esses fatores externos de vulnerabilidade se somam àqueles decorrentes do aumento das condutas delinquentes e de incivildades na escola.

Embora os fatores externos tenham impactos e influência sobre a violência escolar, é preciso tomar cuidado com o fato de que, dentro da própria escola, existem possibilidades de lidar com as diferentes modalidades de violência.

Diante disso, a educação precisa, portanto, considerar em primeiro plano o problema da formação da consciência moral que é em última análise, o problema de disciplina interna escolar.

2.2.5 Narcotráfico e o Consumo de Drogas

Além dos fatores descritos, o narcotráfico e o consumo de drogas devem ser analisados com prioridade, sendo esses mais preocupantes, pois são muitas as escolas que tem em seu quadro alunos que vendem drogas para aqueles que as consome.

As drogas são um dos principais motivos da violência escolar. Como muitos alunos usam e comercializam drogas dentro e nas proximidades da escola atraindo maus elementos para os arredores das instituições.

Na mesma pesquisa realizada pela UDEMO em 2000 os seguintes dados foram coletados: “27% das escolas pesquisadas relataram que alunos portavam e consumiam bebidas alcoólicas durante as aulas. 19% das escolas foram invadidas por estranhos, com objetivo de furto, roubo, estupro, tráfico, de drogas. 18% acusaram porte ilegal de armas, por parte dos alunos”.

O consumo de drogas é um dos maiores problemas sociais e culturais de nosso tempo e relaciona-se com aspectos individuais, familiares e outros fatores ligados às características e problemas do ser humano, envolvendo também valores, crenças sociais e, todos os meios de influências aos quais a criança e o jovem estão expostos como: escola, amigos, mídia entre outros (LOPES, 1997, p. 12).

Na escola, a estrutura geral de ensino precária e o despreparo de alguns professores podem transformar a escola numa influência negativa para o experimento e consumo de drogas como: a falta de uma política clara e definida sobre cigarro, álcool e outras drogas assim como a falta de padrões disciplinares

claros; transferências sucessivas de escolas; pouca ligação com a escola, professores que usam e cultuam o uso de drogas entre outros (LOPES, 1997).

Nas influências negativas dos amigos que tenham comportamento anti-social ou atitudes favoráveis ao uso de cigarros, álcool e outras drogas.

Violência, suicídios, homicídios, mortes por overdoses são conseqüências fatais entre as crianças e jovens, vítimas de drogas. Estes não encontram um apoio para lutar contra o vício, mas consigo mesmos, avessos ao impulso irresistível de seguir um caminho de autodestruição e da destruição do seu semelhante (VARGAS, 1993, p. 12).

Principalmente a mídia influencia os jovens, usando variadas técnicas publicitárias.

Lopes (1997) destaca que propagandas de cigarros e bebidas mostram ambientes freqüentados por adolescentes e são encenadas por pessoas muito jovens, buscando assim induzi-los os adolescentes a iniciarem com a sua marca; as propagandas dificultam a distinção entre o seu mundo ilusório e o mundo real, onde ídolos do esporte e da música são pagos para fazer propagandas das drogas lícitas.

Segundo Silva (2009), um levantamento publicado pelo jornal argentino Clarín, mostra que o Brasil é o 3º em uso de cocaína na América do Sul, 1,7% dos brasileiros matriculados no ensino médio já consumiram a droga. O Brasil perde apenas para a Argentina e para o Chile. Isso pode nos dar uma idéia de como o problema é grande. Sem contar o uso de bebidas alcoólicas e de cigarro comum. A criança com muito tempo livre ocioso acaba por assistir a muitos programas violentos e que incentivam o uso de álcool, por exemplo.

Silva (2009) trata, em seu texto “A violência na escola: a percepção dos alunos e professores”, entre outras coisas, a influência que a programação pouco educativa da televisão causa às crianças.

Campanhas e projetos que dão seminários sobre o uso e o efeito das drogas no organismo podem ajudar no combate a esse uso indevido na rua e nas salas de aula. Nestes tempos de violência escolar, somos desafiados a compreender por que se repetem episódios de agressão nas escolas e contra elas. Nós, educadores, devemos rejeitar diagnósticos simplistas e superar propostas de mera repressão com projetos, pois sabemos que a escola é onde está se formando a futura geração, procurar criar ambientes de diálogos, de fraternidade e o mais importante amor a Deus, a família e Pátria. Uma escola gera a harmonia quando decide enfrentar seus dilemas e conflitos para fazer o que dela se espera: formar as crianças e os jovens que recebe, promovendo conhecimentos, habilidades e valores (SILVA, 2009, p.1).

Assim, a escola, local onde crianças passam a maior parte do tempo, vem se tornando a porta de entrada para a venda e consumo de drogas.

2.2.6 Disponibilidade de Armas de Fogo

Outro problema que gera a violência na escola é o porte de arma. As armas de fogo aparecem como instrumento principal de violência e da criminalidade.

Azevedo e Dantas (2003, p.54) destacam que “a imagem mais fiel da nação hoje é um jovem de cara fechada e arma na mão”.

O mais grave nas armas, sem dúvida, trata-se de crianças, sujeitas a acidentes, dentro do próprio lar. Esse fato inicia com as armas de brinquedo suscitando a violência.

A norma brasileira de fabricação de brinquedos, criada em 1992, proíbe a industrialização e a comercialização de brinquedos que se pareçam com armas de verdade. Segundo a Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos ABRINQ (2009), há muitos anos que os fabricantes foram deixando, voluntariamente, de produzir qualquer tipo de arma de brinquedo.

Goldeberg (1994, p.79) observa que “boa parte das crianças, quando esclarecidas sobre seus efeitos, deixa de se sentir tão atraída por esses brinquedos”.

Outro aspecto que deve ser considerado e que conquista crianças e adolescentes são os videogames. De um lado, há os que atacam os jogos eletrônicos, acusando-os de ser prejudiciais, pois, a violência presente em muitos jogos poderia despertar uma tendência destrutiva na criança. De outro, os defensores revidam com o argumento de que a violência nos jogos ajuda a extravasar a agressividade – além disso, brincar nos terminais contribuiria para desenvolver habilidades importantes no mundo informatizado de hoje. A preferência acentuada pelos jogos pesados pode revelar sintomas de desajuste e baixa auto-estima das crianças. (AZEVEDO e DANTAS, 2003).

O problema é quando o brinquedo se parece demais com um revólver de verdade. Um estudo realizado pela UNESCO em 2006, com o título de “Cotidiano das Escolas: entre violências”, aponta os seguintes índices:

35% dos alunos (585 mil estudantes) e 29% dos adultos já viram alguns tipos de arma na escola. As armas brancas (facas, canivetes, punhais etc)

são as mais comuns. Ainda assim, as armas de fogo têm uma forte presença no ambiente escolar. Dos 35% dos estudantes, 12%, mais de 204 mil, já viram uma arma de fogo no colégio. Esse número cai para 10% quando a pergunta é feita para um adulto (UNESCO, 2006, p. 229).

Train (2001) destaca que muitos atribuem à má educação ou à falência da escola, a crescente violência, defendendo a tese de que a escola é um dos meios de socialização, e o seu fracasso responderá por muitos casos de delinquência. De fato, a escola é o primeiro sistema oficial da sociedade com o qual a criança toma contato; através dela fará o conceito positivo ou negativo da sociedade. Entretanto, é também na escola que essa criança verifica pela primeira vez se é igual ou diferente dos outros e, se essa diferença é natural ou criada pela estratificação social, gerando, daí, um complexo de inferioridade.

Sob esse prisma, a escola pode até vir a ser a fonte de um conflito cultural, causando o comportamento anti-social e reação à inferioridade, levando então, à violência. Em grande parte, somente percebe-se a violência da criança, quando revelada na escola ou em brigas na rua, ocorrendo assim, uma preocupação em situar de forma clara e objetiva, as causas desastrosas da violência das crianças. As condutas violentas tornam-se um padrão freqüente de comportamento e persiste com o tempo, podendo se transformar em um problema mais sério na vida adulta. A violência torna-se a forma preferencial da criança para resolver qualquer dificuldade (TRAIN, 2001, p. 14).

Segundo a pesquisa com o título “O dia-a-dia na vida das escolas” realizada pelo ILANUD (Instituto Latino-Americano das Nações Unidas) que trata da Prevenção do Delito e Tratamento de Delinquência e pelo Instituto Sou da Paz em 1999, as armas nas escolas não são utilizadas para assaltos, nem mesmo para defesa pessoal. Na maioria dos casos, os alunos as levam para a escola para impor respeito, intimidar adversários, impressionar meninas ou colegas (ILANUD e INSTITUTO SOU DA PAZ, 2009).

Se o porte de arma não pode ser tomado como causa exclusiva da violência, é, sem dúvida, um elemento potencializador.

2.2.7 Falta de Policiamento nas Escolas

A incompreensão da sociedade em relação ao papel da polícia, ou mesmo seu comportamento receoso resulta no aumento da violência que vem ocorrendo atualmente, não somente na escola, mas em toda uma conjuntura social. A esse fato também pode-se somar, a prática da violência provocada pela própria polícia.

Se existem práticas violentas da polícia, elas são interpretadas de modo impreciso pela população. Assim, se, por um lado, essa população solicita, autoriza e legitima tais modos de ação, frequentemente para a solução de seus problemas pessoais, por outro lado, é capaz de se indignar e denunciá-las, quando delas se torna vítima. O mérito policial significava defender o Estado contra o cidadão (MICHAUD, 1999, p. 14).

Ao reconhecer que a polícia desempenha papel central no controle da sociedade, também se reconhece que esse controle pode garantir a redução de violência dentro das escolas. Cury (2002) explica que ocorre, infelizmente, no Brasil a falta de credibilidade na Segurança Pública, a desconfiança e o medo da população em relação à polícia, que ignora o que verdadeiramente é de responsabilidade da polícia, somada à deficiência de estrutura para proporcionar um serviço de qualidade.

Após uma pesquisa realizada em relação ao trabalho da polícia, Friedman (2003, p. 42) concluiu que:

O brasileiro tem medo da polícia. O pobre porque acha que vai apanhar. O rico porque tem certeza que vai ser achacado. A classe média porque não sabe em que categoria vai cair. Sem a confiança do povo, a polícia pouco pode fazer. Afinal, a grande maioria das intervenções policiais depende dos chamados dos cidadãos.

Assim, quanto mais legítima for percebida a forma como a polícia realiza suas tarefas, mais fácil será a aceitação da sua autoridade e, portanto, menor a necessidade de recurso à violência. As pessoas, por medo de serem novas vítimas da própria violência, solicitam-na como eficaz arma contra os criminosos. Acrescenta-se a essas observações o fato de a polícia brasileira, desde a sua formação, ter um caráter de combate aos criminosos, em geral os originários das classes baixas, para proteção da sociedade (CURY, 2002).

Contudo, em relação à escola, o policiamento comunitário exige descentralização, abertura da organização policial, participação ativa e valores mais humanitários aos policiais (GRANS e GOMES, 2009).

É necessário, portanto, a conscientização de que a existência da instituição policial é justamente em favor da segurança e do bem da população.

“A segurança pública é um determinante estável para boa organização da sociedade e como tal deve ser respeitada, sendo que a atuação da polícia deve sempre apresentar como paradigma um ambiente pacífico e de preocupação com o bem estar social” (SANTOS, 2001, p. 156).

Por outro lado, é preciso destacar a comunidade escolar formada por: alunos, professores, diretores, pais e funcionários das escolas, os quais são participantes no combate à violência na Escola, possuindo também expectativas específicas relativas ao papel e à necessidade de policiamento na escola.

De acordo com Abromovay e Ruas (2002), a presença da polícia, não deve limitar-se à segurança do espaço externo à Escola, mas também dentro do ambiente escolar, no cumprimento de papéis ligados a ações e/ou estratégias educativas específicas como a mediação de conflitos, a educação para o trânsito, a prevenção ao uso de drogas, entre outros.

Contudo, Grans e Gomes (2009, p. 2) consideram que:

Chamar a polícia para dentro da escola, nem sempre é a única, nem a melhor solução, se a mesma não se apresenta devidamente preparada. Quando há uma percepção inadequada do seu papel, confunde-se a proteção e a garantia das condições adequadas de funcionamento da dinâmica escolar com a construção do processo educativo. Para alguns atores como pais e gestores, essa alternativa é eficaz. A polícia transforma-se em educador, resignando-se à sua condição de coadjuvante de um processo no qual foi preparado para ser a estrela principal. Rapidamente os atores se dão conta de que há problemas nesta construção. Não parece ser esta a escola que queremos.

Diante disso, fornecer condições de trabalho e equipamentos modernos, aparelhar adequadamente a polícia são fatores que auxiliarão os seus membros a desempenhar suas funções adequadamente. Somente a partir de resoluções sérias, sem nenhum paliativo momentâneo e na aplicação rigorosa da lei é que se poderá minimizar o problema da violência.

Sposato (2001) considera que a polícia tem um papel importante, porém subsidiário, dentro das escolas, pois o que acontece no interior das instituições de ensino é de responsabilidade primordial das autoridades educacionais. Quando, em situações excepcionais, for necessária a atuação policial, este policiamento deve ter o caráter comunitário e fundar todas as ações nos princípios da proteção integral e da dignidade da pessoa humana. A polícia deve, assim, ter uma ação prioritariamente educativa e preventiva e, somente em casos extremos, atuar de forma repressiva, porém não abusiva, para conter determinadas situações de violência.

É importante ainda que, para prevenir e combater a violência, as escolas sejam rigorosas no cumprimento de suas responsabilidades em relação aos alunos e à comunidade; a construção de regras de convivência e disciplinares deve ser feita pela própria comunidade escolar; o

protagonismo juvenil deve ser estimulado de modo que os estudantes construam suas próprias alternativas para a redução da violência; a escola deve discutir os problemas da comunidade com os seus membros: pais e alunos, lideranças locais (polícia local, organizações não-governamentais, igrejas, comerciantes), entre outros. Deve-se evitar a suspeição generalizada e o uso de medidas repressivas, sendo fundamental que não haja discriminação aos jovens com determinadas características sociais, raciais, familiares, ou mesmo com histórico de atos infracionais (SPOSATO, 2001, p.10).

É importante acrescentar que muitas situações de violência nas escolas são absurdas e devem ser estancadas. Por isso, a medida repressiva – não abusiva – é uma das funções da polícia que deve ser aplicada, caso a situação exija.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho apresenta inicialmente uma visão ampla sobre o assunto, realizando-se uma pesquisa exploratória.

Raupp e Beuren (2003, p. 80) conceituam a pesquisa exploratória como aquela “desenvolvida no sentido de proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato”.

Foi também utilizado o método de pesquisa bibliográfica, que Fachin (2003, p.126) destaca como, “todo tipo de estudo dever ter o respaldo da pesquisa bibliográfica, ela compreende a consulta a livros e periódicos”.

Finalmente, esse estudo contempla uma coleta de dados e informações, com o intuito de formação do estudo de caso. Assim, pela sua própria característica, foi aplicado um estudo de caso no Colégio Estadual São Bartolomeu do município de Apucarana-Pr, com levantamento das informações pertinentes à Violência Escolar.

De acordo com Raupp e Beuren (2003, p. 84), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimentos amplos e detalhados do mesmo, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

As metodologias utilizadas são para atender as necessidades no que diz respeito à estruturação e desenvolvimento da pesquisa, objetos dessa proposta.

Logo, foram colhidas informações sobre a Violência Escolar, mediante um questionário, sendo responsável pelas respostas, Elmo Gonçalves Rodrigues, com as seguintes perguntas:

Nome do estabelecimento de ensino:

Nome do responsável pelas respostas:

- 1) A segurança dos alunos é tratada em algum manual? Em caso negativo por quê?
- 2) Como são selecionados os funcionários? Quais são os critérios? Há uma investigação do passado dos funcionários? Como é feita essa investigação? A investigação aplica-se a todos os funcionários (professores, ajudantes, seguranças, recepcionistas etc.)?
- 3) Se meu filho estiver faltando às aulas quanto tempo à administração da escola vai esperar para me avisar?
- 4) Quais as providências a serem tomadas quando uma criança se sente mal ou há um acidente?
- 5) Se meu filho ficar doente serei avisado imediatamente?
- 6) O que farão se não me encontrarem?
- 7) Algum aluno já levou uma arma para a escola?
- 8) Algum aluno já foi surpreendido com drogas lícitas (cigarro, bebida alcoólica) ou ilícitas (maconha, cocaína, lança perfume etc.)?
- 9) Se um dos professores de meu filho for suspeito de ter cometido abuso sexual, serei informado?
- 10) Meu filho pode telefonar se sentir necessidade?
- 11) Posso visitar meu filho no horário de aula?
- 12) Em que casos a escola entra em contato com os pais?
- 13) Como fazer para que outra pessoa que não seja eu possa buscar meu filho?

A seguir serão apresentados os dados da entrevista, que foram classificados e descritos, reunindo todas as informações para a realização da discussão e interpretação dos resultados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Foram seguintes os resultados apresentados:

No que se refere à segurança dos alunos, se a mesma é tratada em algum manual a resposta obtida foi negativa, pois a segurança é discutida com a comunidade escolar e Patrulha Escolar e é registrado em Ata as decisões tomadas.

Destacam-se as considerações de Sposato (2001) que, para prevenir e combater a violência, as escolas devem ser rigorosas no cumprimento de suas responsabilidades em relação aos alunos e à comunidade; a construção de regras de convivência e disciplinares deve ser feita pela própria comunidade escolar; o protagonismo juvenil deve ser estimulado de modo que os estudantes construam suas próprias alternativas para a redução da violência; a escola deve discutir os problemas da comunidade com os seus membros: pais e alunos, lideranças locais (polícia local, organizações não-governamentais, igrejas, comerciantes), entre outros.

Em relação à seleção de funcionários, a mesma é realizada através de concursos e contratos como PSS, Paranaeducação e Celetista.

No que se refere à questão do filho estiver faltando às aulas a administração da escola vai esperar três dias para avisar os pais.

Cabe aqui ressaltar a visão de Baierl (2004), em que uma das ações que melhores resultados têm mostrado é a boa gestão da escola, inclusive com a participação dos pais. Uma gestão de qualidade inclui projetos que tragam os professores, pais e voluntários para perto dos alunos, dentro da escola. O importante é acreditar no aluno. Não se pode desistir daquele aluno que não consegue aprender e tem dificuldades dentro e fora da escola, sentindo-se intimidado com a frustração, ele pode reagir com violência.

Quanto às providências a serem tomadas quando uma criança se sente mal ou quando há um acidente, os pais são avisados e encaminhados a uma Unidade de Saúde.

Nesse caso, pode ser ressaltado o Art. 227, da Constituição Federal de 1988 em que se descreve: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde (...), além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência (...).”

Quando uma criança adoece a escola avisa imediatamente aos pais e quando os mesmos não são encontrados, a própria escola encaminha a uma Unidade de Saúde.

Em relação se algum aluno já levou uma arma para a escola, não ocorreu nenhum caso, no colégio.

É importante ressaltar o estudo realizado pela UNESCO em 2006, que aponta os seguintes índices: 35% dos alunos (585 mil estudantes) e 29% dos adultos já viram alguns tipos de arma na escola. As armas brancas (facas, canivetes, punhais etc.) são as mais comuns. Ainda assim, as armas de fogo têm uma forte presença no ambiente escolar. Dos 35% dos estudantes, 12%, mais de 204 mil, já viram uma arma de fogo no colégio.

Quanto à questão do aluno ser surpreendido com drogas lícitas (cigarro, bebida alcoólica) ou ilícitas (maconha, cocaína, lança perfume etc.), a resposta foi para as drogas lícitas.

Lopes (1997) destaca principalmente a mídia que influencia os jovens, usando variadas técnicas publicitárias: despertando o desejo das pessoas usarem drogas, como cigarros e bebidas que mostram peças publicitárias filmadas em ambientes freqüentados por adolescentes e encenadas por pessoas muito jovens, buscando assim induzi-los os adolescentes a iniciarem com a sua marca.

No que se refere à questão de um dos professores for suspeito de ter cometido abuso sexual com o filho, os pais serão informados.

Considera-se a concepção de Candau (2005) de que os agressores provêm de todos os níveis da sociedade. Alguns são pessoas proeminentes na comunidade, e alguns, principalmente no caso de pedófilos (molestadores de criança) estão em posições como as de professor e treinador, onde trabalham próximos das crianças.

Quando há a necessidade de um filho sentir necessidade de telefonar para os pais, a escola permite no caso de ser algo importante.

No que diz respeito à visita dos pais ao filho no horário de aula, a escola considera a presença dos pais importante, principalmente considerando-se os problemas que surgem com os filhos.

Nesse sentido, Chalita (2001) observa que os pais confiam que seus filhos serão bem cuidados na escola. Acreditam que os professores estarão atentos a eventuais problemas. Querem ser informados e orientados para poder tomar as medidas necessárias, tanto no que se refere à aprendizagem como à conduta. Pais

e professores, quando bem entrosados, podem provocar mudanças substanciais no mundo de ser da escola e na qualidade de educação e conhecimento que ela oferece.

Em relação aos casos sérios de indisciplina, de doença, faltas consecutivas, etc., a escola entra em contato com os pais.

Nesse caso, deve-se esclarecer que muitas vezes, a violência começa com a indisciplina de determinados alunos. Lajonquiére (1996) ressalta que as ocorrências nesse nível se dão, principalmente, em escolas que têm fama ruim, abrigando/atendendo alunos que não se deram bem em outras instituições. Eles já entram com uma auto-imagem negativa, agredindo/odiando a escola que os acolhe. Ao ato da indisciplina praticada por um aluno, compete à escola resolvê-lo.

Quando surge o caso de outras pessoas que não sejam os pais para que possa buscar o filho, a escola sugere um bilhete assinado pelo responsável da matrícula do aluno.

De acordo com as respostas obtidas, o Colégio Estadual São Bartolomeu está ciente quanto à Violência na Escola, tanto que os métodos disciplinares aplicados constituem um aspecto importante no desenvolvimento do caráter do aluno, principalmente quando se trata de respeito à comunidade escolar, ao espaço físico do colégio e ao combate à violência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o estudo realizado, pode-se observar que atualmente os problemas da escola são muitos, no entanto existe uma preocupação maior com a violência escolar.

Nesse sentido, a Associação de Pais e Mestres, por meio de seu conselho e diretoria deve incentivar a participação dos alunos e das famílias na escola, através do contato periódico e de reuniões pedagógicas programadas, visando buscar a solução para o combate à violência.

Deve-se destacar que a Associação de Pais e Mestres têm um alcance imediato na comunidade escolar, uma vez que pode contribuir na relação escola e pais, reforçando o envolvimento desses últimos na vida escolar, procurando alternativas na prevenção da violência escolar. Se os pais têm o direito de escolher

a escola para os seus filhos, de participar da gestão e da organização escolar, também devem compartilhar responsabilidades junto com a escola, contribuindo com a mesma na prevenção da violência.

Muitas escolas priorizam a sua ação para senão evitar, mas reduzir a violência, lançando mão de alguns recursos essenciais. Entre os principais podem ser destacados:

- Participação da família e da escola na formação integral do aluno buscando formas de combate à violência.
- Projeto de preparação do educador, realizado pela Secretaria de Estado da Educação (Seed) por meio de uma série de cadernos temáticos “Desafios Educacionais Contemporâneos”, que buscará o enfrentamento da violência nas escolas do Paraná, considerando os temas: a prevenção ao uso de drogas; a educação para as relações étnico-raciais e a educação ambiental.
- Campanhas e projetos que dão seminários sobre o uso e o efeito das drogas no organismo.
- Patrulhamento escolar.
- Educação meio de conscientização da sociedade, envolvendo toda a comunidade escolar, Associação de Pais e Mestres, associações de moradores, clubes de serviços, conselhos tutelares e pastorais da educação e também o corpo policial.

Conclui-se que a Violência Escolar, assim como todo o tipo de violência na sociedade é muito difícil de eliminar, entretanto, pode-se minimizá-la, iniciando com a integração da escola com os pais dos alunos.

Deve-se ressaltar que família desestruturada é lembrada como a principal causa da violência e a escola seria apenas o lugar onde esses conflitos seriam colocados para fora.

A escola deve, então, buscar o diálogo com os pais através das reuniões, procurando a melhor maneira de explicar como o seu filho tem se comportado e a importância do exemplo que eles têm a dar, respeitando o papel social da escola e reconhecer que aquele espaço é de todos. Para isso, é importante estabelecer regras de co-responsabilização dos pais, dos professores e dos alunos relativas à convivência, frequência, e ainda, sucesso escolar e educativo dos alunos.

Em relação aos professores e equipe pedagógica, vítimas de violência física e verbal na escola é necessária a garantia de apoio jurídico e judicial.

Outro aspecto relevante é a definição de projetos com matérias de não-violência e convivência escolar, voltados para a comunidade escolar.

Enfim, com o envolvimento dos pais, professores e comunidade, a escola poderá desincumbir a missão de preparar seus alunos para o exercício da cidadania plena, o que inclui: o respeito às leis, ao próximo e à propriedade. Essa lição se for bem ministrada e assimilada por todos, reduzirá o índice de violência não apenas dentro, mas também fora do recinto escolar, beneficiando assim toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRINQ. **Comprar brinquedo não é brincadeira.** Disponível em: <http://www.abrinq.com.br/>. Acesso em 29/11/2009.

ABRAMOVAY, Miriam; RUAS, Maria das Graças. **Violências nas escolas.** Brasília: UNESCO Brasil, 2002.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.

AQUINO, Julio Groppa A violência escolar e a crise de autoridade docente. **Cad. Cedes.** Campinas, v. 19, n. 47, p. 7-19, 1998.

AZEVEDO, Solange; DANTAS, Edna. Eles mataram. **Revista Época.** n.279/22 de setembro de 2003. p.52-67, São Paulo: Globo, 2003.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social:** da violência visível ao invisível da violência. São Paulo: Corty, 2004.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988.** 17.ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Publicações, 2001.

_____. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Senado Federal. Brasília, 2004.

CAION, José Luiz. **Violência e contemporaneidade.** Porto Alegre: Artes e Ofícios Editora Ltda, 2005.

CAMARGO, Climene Laura de. Violência contra crianças e adolescentes. **ACTA Paulista de Enfermagem.** Universidade Federal de São Paulo/EPM. v.14, n. 2, Maio/Agosto, 2001.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, violência e cotidiano escolar. In: CANDAU, Vera Maria (Org) **Reinventar a escola.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CHALITA, Gabriel. **A solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001.

CURY, Munir. É possível diminuir a violência. **Revista Opinião**. Maio, 2002. p. 17-20.

DEBARBIEUX, Eric. **Violência nas escolas e políticas públicas**. UNESCO, 2002.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERRIANI, Maria das Graças Carvalho. **Crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica**. Universidade Federal de São Paulo/EPM. vol.14, n. 2, Maio/Agosto. 2001.

FRIEDMAN, Sander. Jovens violentos na família. **Revista Panorama da Justiça**. a.VI. n.39, 2003. p.40-42.

FUKUI, Lia. **Estudo de caso de segurança nas escolas públicas estaduais da grande São Paulo, sociedade civil e educação**. Campinas: Papirus, Cedes; São Paulo: Ande, Anped, 1992.

GRANS, Marcos Luis; GOMES, Candido Alberto. **O papel da universidade na educação das forças públicas de segurança, como estratégia para diminuir a violência nas escolas**. Disponível em: <http://www.isecure.com.br/anpae/263.pdf>. Acesso em 25 de novembro de 2009.

GOLDEBERG, Jacob Pinheiro. **Psicologia da agressividade**. São Paulo: ICC, 1994.

GUIMARÃES, Eloísa. **Escola, galeras e narcotráfico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

ILANUD e INSTITUTO SOU DA PAZ. **O dia a dia na vida das escolas**. Disponível em: <http://www.ssp.se.gov.br/cidadania>. Acesso em: 25 de novembro de 2009.

JUGEND, Marcelo. Segurança e cidadania. Direito e justiça. **O Estado do Paraná**. 11 de maio 2003.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. **(In)disciplina na escola: alternativas, teorias e práticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

LOPES, Caho. **A informação é o melhor remédio contra as drogas**. Porto Alegre, n. 277, p. 12-13, abr./1997.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo: Ática, 1999.

MORAES, Edvânia Silva de; ROCHA, Andréa Pires. Algumas reflexões sobre a violência que atinge o ambiente escolar. **Anais do III Encontro de Bolsistas do Programa de Apoio a Ações Afirmativas para Inclusão Social**. 13 de novembro de 2008. Londrina/PR.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. **Trabalho infantil no Brasil**. Organização Internacional do Trabalho (Brasil). Brasília, 2001.

SANTOS, José Tavares. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. **Tempo social**, USP, S. Paulo, n. 9(1), p. 155-167, maio. 2001.

SAVIANI, Dermaval. **Escola e democracia**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SILVA, Aida Maria Monteiro. A violência na escola: a percepção dos alunos e professores. Disponível em: www.pedagobrasil.com.br/educacaoevolencia.htm. Acesso em: 25 de novembro de 2009.

SOTTO MAIOR NETO, Olympio de Sá. Violência na escola. **Jornal Tribuna do Paraná**, 18 de outubro de 2009. p.5.

SPOSATO, Karyna. Polícia e escola: uma reflexão compartilhada em busca de paz nas escolas. **Revista Ilanud**. nº 18, "Paz nas Escolas". Ilanud/Instituto Sou da Paz. 2001.

TRAIN, Alan. **Ajudando a criança agressiva**. 3.ed. Campinas: Papiros Editora, 2001.

UNESCO. **Cotidiano das escolas: entre violências**. Miriam Abramovay (coord.). Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2006.

VARGAS, Heber Soares. **Prevenção geral das drogas**. São Paulo: Ícone, 1993.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis**. Trad. MOTA, Maria Encarnación. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO. São Paulo: Expressão Popular, Brasil, 2007.